

Análise de Conjuntura e orientações:

## **Quase 120 dias em greve!**

### **A maior greve da história da FASUBRA enfrenta o ajuste fiscal do Governo Dilma.**

O objetivo desse Informativo de Greve é apresentar para o conjunto da categoria uma caracterização sobre a nossa greve a luz do debate que o CNG/FASUBRA realizou após a chegada da resposta do governo no dia 21/09. Queremos municiar a categoria de elementos da realidade necessários para que, democraticamente, as trabalhadoras e trabalhadores das IFE possam decidir livremente, sobre o caminho a seguir, pois, quem dá a última palavra são as bases.

A greve da FASUBRA se aproxima aos 120 dias, completando o 4º mês em greve. É a greve mais longa da história da Federação alcançando praticamente todas as universidades federais e diversos institutos federais do país, gerando forte repercussão na grande mídia. Pouquíssimas categorias de trabalhadores conseguem sustentar uma greve tão longa num país de dimensões continentais. Temos o orgulho de afirmar que todos os sindicatos filiados que entraram em greve no dia 28 de maio não recuaram e estão tod@s aguardando as orientações do CNG/FASUBRA. Trata-se de uma vitória política de nossa organização sindical e valorizamos isso!

Nesse momento decisivo de nossa greve é hora de reflexão coletiva, para analisarmos o contexto político e econômico nacional e os possíveis cenários para construção das orientações às bases da categoria. Para tanto é imprescindível que todos os dirigentes dos sindicatos compreendam a conjuntura na qual nossa greve está inserida.

### **A Greve e a crise**

Partimos da compreensão que a nossa greve está mergulhada numa conjuntura de forte crise econômica que alimenta uma crise social, que por sua vez detona uma forte crise política na qual o governo Dilma aparenta não ter mais controle. Ainda que exista uma forte disputa pelo poder entre frações da base de sustentação do governo e da burguesia, em relação a aplicação do ajuste fiscal - há um grande acordo aparente entre os governos federal e estaduais na lógica de cortar gastos e investimentos e isso necessariamente significa atacar os direitos dos trabalhadores do serviço público.

Trata-se de uma tendência mundial. Em época de crises econômicas de grande envergadura é instintivo do capital, atacar os trabalhadores para ganhar fôlego para mais um ciclo de acumulação. No ápice da crise econômica enfrentada atualmente na Europa, os governos de vários países atacaram profundamente os trabalhadores públicos com cortes de salários e demissões como parte de suas políticas de austeridade.

**No Brasil continental não é diferente.** Todas as greves do funcionalismo público estadual que ocorrem ou que estão acontecendo nesse ano foram fortes e heróicas, mas apenas reduziram danos, não arrancaram significativas conquistas econômicas, como ocorreu nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, além do pacote anunciado para o DF e RJ. O marco geral tem sido de arrocho, cortes de reajustes e repressão aos movimentos, que seguem buscando articulações para resistir a esses e aos próximos ataques. Os governos estão bancando o desgaste político com o funcionalismo para aplicar o ajuste fiscal para garantir os compromissos feitos com o capital.

Por outro lado a resistência dos trabalhadores que estão se levantando contra o ajuste fiscal tem se traduzido em greves com forte participação da base, com ações radicalizadas e com uma nova geração de ativistas que aliada aos mais experientes tem construído grandes embates para impedir o aprofundamento desses ataques.

### **A greve da FASUBRA faz parte dessa resistência ao Ajuste Fiscal.**

Com quase 120 dias em greve precisamos olhar para trás, identificar de onde partimos, onde estamos e para onde vamos. Começamos a nossa greve específica no dia 28 de maio, com uma pauta geral com o conjunto do funcionalismo através do Fórum e uma pauta específica aprovada na Plenária Nacional da FASUBRA.

Inicialmente encontramos um governo que apresentou na mesa de negociação uma proposta de reajuste de 21,3% parcelado em 4 anos, sem nenhuma perspectiva de majoração nos benefícios e com pouquíssima disposição para avançar na pauta específica. Nossa greve cresceu, parou pontos nevrálgicos nas universidades, ganhou espaço nas

mídias locais e nacional e passou a fazer parte da conjuntura política do país. Tudo isso somado a acertada articulação que fizemos com outras categorias em greve através do Fórum, investindo na construção da greve geral dos SPFs. Esta unidade nos permitiu acumular forças suficiente para derrotar a proposta de reajuste em 4 anos do governo. Consideramos que essa seja uma das maiores vitórias de nossa greve até agora, pois a proposta de “reajuste planejado em longo prazo”, é uma medida de austeridade elaborada pela tecnocracia do governo Dilma comandada por Levy. A unidade da greve enterrou o plano original do governo em prender nossa categoria num acordo de 4 anos com possibilidade de fazer uma nova greve somente em 2019. Precisamos valorizar essa vitória, sob o risco de chegarmos à conclusão que greve não serve para nada, deseducando os trabalhadores.

O governo não só recuou de sua proposta original como também apresentou uma contraproposta de reajuste que consiste em 10,8% em 2 anos. O pacote econômico do reajuste ainda contou com o reajuste nos benefícios, com o auxílio pré-escolar recebendo a majoração mais significativa, bem como os demais benefícios tendo atualização da inflação desde o último reajuste. Em relação ao novo período do reajuste proposto pelo governo, conseguimos avançar na vigência em comparação aos dois últimos acordos que assinamos (2007 e 2012), esses últimos tiveram o período de vigência de 3 anos. Em relação ao índice infelizmente não houve avanços significativos, o governo seguiu negando as perdas sem considerar nem mesmo a inflação de 2015. Mas é preciso destacar que diferentemente de outras categorias, conseguimos uma pequena majoração no step (3,9% em 2017) ampliando de alguma forma o poder aquisitivo da categoria através de elementos da nossa carreira.

Nossa greve que é expressão de uma crise social, foi surpreendida pela magnitude da pressão das crises políticas e econômicas. Após 3 meses de greve, num momento que avançávamos em pequenas concessões pela força da greve, o governo publica um “pacotão” que aprofunda a aplicação do ajuste fiscal contra os trabalhadores, em especial o funcionalismo público federal com corte de direitos, suspensão de concursos e adiamento da data de reajustes para agosto de 2016. Como nos disse o Secretário da SRT Sergio Mendonça: “Ou o governo faz o ajuste fiscal, ou cai no dia seguinte”. Essa frase do secretário retrata bem a disposição do governo em aplicar o ajuste fiscal para cumprir as exigências do capital e garantir sua própria governabilidade.

Próximos de 120 dias em greve, mesmo com vários motivos para a sua continuidade ou para a construção de uma Greve Geral, caracterizamos que o momento requer uma mudança na estratégia, pois não temos o mesmo fôlego que a 30 dias atrás. Outro elemento a ser considerado é a dificuldade enfrentada nas demais greves do funcionalismo que estão frágeis (ou terminaram) para impor uma contraproposta na mesa de negociações. Ainda, a grande mídia ataca sistematicamente as greves da Educação e do INSS, e as reportagens tem o objetivo claro de jogar a opinião pública contra as greves e reforçar a retirada de direitos.

O momento é adequado para o recuo estratégico, arregimentando forças para a continuidade do combate em outro momento. É importante manter a unidade política do movimento, pois o quadro conjuntural sinaliza para ataques ainda mais duros em breve, que demandarão de nossa categoria capacidade de iniciativa e resistência. Como caracterizamos que não temos mais força para melhorar a proposta que está apresentada na mesa de negociações, cabe ao movimento decidir qual o próximo passo diante de três possíveis cenários:

- 01- Seguirmos em greve isoladamente na tentativa de melhorar tal proposta, que é de âmbito geral.
- 02- Recuarmos com a greve e não assinar a proposta por ser uma proposta rebaixada.
- 03- Assinarmos o acordo, cuja parte econômica foi imposta, e suspender a greve e nos prepararmos para os próximos embates.

O CNG/FASUBRA diante desse três possíveis cenários, após um longo debate em relação ao primeiro cenário, avaliou não ser possível melhorar a atual proposta geral apresentada pelo governo aos SPFs, pois a greve já apresenta nítidos sinais de esgotamento e diante de uma conjuntura desfavorável teríamos que contar nesse momento com uma forte greve tanto da FASUBRA como do funcionalismo e infelizmente após meses em greve, as demais entidades representativas do funcionalismo e a FASUBRA em particular, não apresenta mais essa força.

**Resta-nos então centralizar o debate sobre suspender a greve e assinar ou não o acordo.** Após um longo e exaustivo debate a maioria do CNG/FASUBRA entendeu que seria um equívoco não assinar o acordo e apostar em uma nova greve em 2016, diante do cenário conjuntural colocado.

Inevitavelmente teremos que fazer muita luta e provavelmente uma greve em 2017 (não descartando uma greve em 2016 a depender dos ajustes a serem produzidos pelo Governo) , assinando ou não o acordo agora em 2015. Assim, a pergunta que todos nós precisamos responder é: “Em que patamar de perdas vamos para uma greve em 2017?”. Para que a categoria tenha segurança em responder essa pergunta disponibilizamos para o conhecimento de tod@s, as tabelas que mostram o impacto em relação as perdas em caso de assinatura do acordo e em caso de não assinarmos.

**TABELA DE PROJEÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS CONSIDERANDO OS ÍNDICES DE INFLAÇÃO E SUAS PROJEÇÕES OFICIAIS NO PERÍODO DE 01/07/2010 A 31/12/2016 PARA RECOMPOSIÇÃO DOS SALÁRIOS ATÉ 2017**

Classes de Capacitação		Inflação de 01/07/2010 a 31/12/2014 - 30,5%			Salário de 2017 (inflação de 01/01/2015 a 31/12/2016)		
		Salário 2010	Salário 2015	Percentual de perdas	Proposta do Governo para 2017	Perda acumulada com acordo	Perda acumulada sem acordo
<b>Piso AI</b>	<b>P01</b>	<b>1.034,59</b>	<b>R\$ 1.197,67</b>	<b>14,74%</b>	<b>R\$ 1.326,72</b>	<b>22,27%</b>	<b>34,74%</b>
	P02	1.071,84	R\$ 1.243,18	14,51%	R\$ 1.378,46	21,90%	34,52%
	P03	1.110,43	R\$ 1.290,42	14,29%	R\$ 1.432,22	21,53%	34,30%
	P04	1.150,41	R\$ 1.339,46	14,07%	R\$ 1.488,08	21,15%	34,07%
	P05	1.191,82	R\$ 1.390,35	13,84%	R\$ 1.546,11	20,78%	33,85%
<b>Piso BI</b>	<b>P06</b>	<b>1.234,73</b>	<b>R\$ 1.443,19</b>	<b>13,62%</b>	<b>R\$ 1.606,41</b>	<b>20,40%</b>	<b>33,62%</b>
	P07	1.279,18	R\$ 1.498,03	13,39%	R\$ 1.669,06	20,03%	33,40%
	P08	1.325,23	R\$ 1.554,95	13,17%	R\$ 1.734,15	19,65%	33,17%
	P09	1.372,94	R\$ 1.614,04	12,94%	R\$ 1.801,79	19,27%	32,94%
	P10	1.422,37	R\$ 1.675,38	12,71%	R\$ 1.872,06	18,89%	32,72%
<b>Piso CI</b>	<b>P11</b>	<b>1.473,58</b>	<b>R\$ 1.739,04</b>	<b>12,49%</b>	<b>R\$ 1.945,07</b>	<b>18,51%</b>	<b>32,49%</b>
	P12	1.526,63	R\$ 1.805,12	12,26%	R\$ 2.020,92	18,13%	32,26%
	P13	1.581,59	R\$ 1.873,72	12,03%	R\$ 2.099,74	17,74%	32,03%
	P14	1.638,53	R\$ 1.944,92	11,80%	R\$ 2.181,63	17,36%	31,81%
	P15	1.697,52	R\$ 2.018,83	11,57%	R\$ 2.266,71	16,97%	31,58%
	P16	1.758,63	R\$ 2.095,54	11,34%	R\$ 2.355,12	16,59%	31,35%
<b>Piso DI</b>	<b>P17</b>	<b>1.821,94</b>	<b>R\$ 2.175,17</b>	<b>11,11%</b>	<b>R\$ 2.446,96</b>	<b>16,20%</b>	<b>31,12%</b>
	P18	1.887,53	R\$ 2.257,83	10,88%	R\$ 2.542,40	15,81%	30,89%
	P19	1.955,48	R\$ 2.343,63	10,65%	R\$ 2.641,55	15,42%	30,66%
	P20	2.025,88	R\$ 2.432,69	10,42%	R\$ 2.744,57	15,03%	30,42%
	P21	2.098,81	R\$ 2.525,13	10,19%	R\$ 2.851,61	14,64%	30,19%
	P22	2.174,37	R\$ 2.621,08	9,96%	R\$ 2.962,82	14,24%	29,96%
	P23	2.252,65	R\$ 2.720,68	9,72%	R\$ 3.078,37	13,85%	29,73%

	P24	2.333,75	R\$ 2.824,07	9,49%	R\$ 3.198,43	13,45%	29,50%
	P25	2.417,77	R\$ 2.931,38	9,26%	R\$ 3.323,17	13,06%	29,26%
	P26	2.504,81	R\$ 3.042,78	9,02%	R\$ 3.452,77	12,66%	29,03%
	P27	2.594,98	R\$ 3.158,40	8,79%	R\$ 3.587,43	12,26%	28,79%
	P28	2.688,40	R\$ 3.278,42	8,55%	R\$ 3.727,34	11,86%	28,56%
	P29	2.785,18	R\$ 3.403,00	8,32%	R\$ 3.872,70	11,46%	28,32%
	P30	2.885,45	R\$ 3.532,31	8,08%	R\$ 4.023,74	11,06%	28,09%
<b>Piso EI</b>	<b>P31</b>	<b>2.989,33</b>	<b>R\$ 3.666,54</b>	<b>7,85%</b>	<b>R\$ 4.180,66</b>	<b>10,65%</b>	<b>27,85%</b>
	P32	3.096,95	R\$ 3.805,87	7,61%	R\$ 4.343,71	10,25%	27,61%
	P33	3.208,44	R\$ 3.950,49	7,37%	R\$ 4.513,12	9,84%	27,38%
	P34	3.323,94	R\$ 4.100,61	7,13%	R\$ 4.689,13	9,43%	27,14%
	P35	3.443,60	R\$ 4.256,44	6,90%	R\$ 4.872,00	9,03%	26,90%
	P36	3.567,57	R\$ 4.418,18	6,66%	R\$ 5.062,01	8,62%	26,66%
	P37	3.696,00	R\$ 4.586,07	6,42%	R\$ 5.259,43	8,20%	26,42%
	P38	3.829,06	R\$ 4.760,34	6,18%	R\$ 5.464,55	7,79%	26,18%
	P39	3.966,91	R\$ 4.941,24	5,94%	R\$ 5.677,66	7,38%	25,94%
	P40	4.109,72	R\$ 5.129,00	5,70%	R\$ 5.899,09	6,97%	25,70%
	P41	4.257,67	R\$ 5.323,91	5,46%	R\$ 6.129,16	6,55%	25,46%
	P42	4.410,95	R\$ 5.526,21	5,22%	R\$ 6.368,20	6,13%	25,22%
	P43	4.569,74	R\$ 5.736,21	4,97%	R\$ 6.616,56	5,71%	24,98%
	P44	4.734,25	R\$ 5.954,19	4,73%	R\$ 6.874,60	5,30%	24,74%
	P45	4.904,68	R\$ 6.180,44	4,49%	R\$ 7.142,71	4,87%	24,49%
	P46	5.081,25	R\$ 6.415,30	4,25%	R\$ 7.421,28	4,45%	24,25%
	P47	5.264,18	R\$ 6.659,08	4,00%	R\$ 7.710,71	4,03%	24,01%
	P48	5.453,69	R\$ 6.912,13	3,76%	R\$ 8.011,42	3,61%	23,76%
	<b>P49</b>	<b>5.650,00</b>	<b>R\$ 7.174,79</b>	<b>3,51%</b>	<b>R\$ 8.323,87</b>	<b>3,18%</b>	<b>23,52%</b>

*Explicação da tabela:*

1. Para calcular as perdas salariais no período do governo Dilma, pegamos os salários de 2010 e aplicamos os índices oficiais de inflação (IPCA) no período de 01/07/2010 a 31/12/2014 referentes às perdas acumuladas de 2010 até o salário atual, que representam 30,5%.
2. Como neste período houve aumento no step, há diferença do que representam as perdas de acordo com o nível de classificação na tabela.
3. Para cálculo das perdas futuras considerou-se:
  - a) projeção do governo de inflação de 9,28% para 2015
  - b) aplicou-se a proporcionalidade na projeção da inflação para o ano de 2016, o que gerou alguma diferença centesimal no percentual, portanto, os valores são aproximados
4. Há diferença nos diversos níveis sobre o impacto da inflação por conta do step recebido entre 2012-2015 e no step proposto para 2017.

É possível constatar que as perdas de 2010 até 2017 variam sem assinar um acordo de 23% (teto do E) a 35% (piso do A) aproximadamente. Já assinando o acordo as perdas variam na mesma lógica de 3% a 23%. Portanto, caso NÃO assinarmos o acordo, teremos que fazer uma greve que tenha a força para cobrir as

perdas que variam de 23% (teto E) a 35% (piso do A). Caso assinarmos um acordo, teremos que fazer uma greve que tenha a força para cobrir perdas que variam de 3% (teto do E) a 23% (piso do A).

Cabe destacar que historicamente os maiores ganhos salariais obtidos por essa categoria se deram através de reajustes de tabela da carreira. Por isso a importância de fecharmos o cronograma para finalizar o debate de aprimoramento da carreira em maio de 2016.

Além disso, queremos apresentar um quadro sistematizado com itens das reivindicações setoriais que foram respondidos pelo MEC que trás avanços pontuais importantes, principalmente em relação ao Plano Nacional de Desenvolvimento, bem como os pontos que não foram acatados:

## ANALISE DAS RESPOSTAS A PAUTA DA FASUBRA – GREVE 2015

	<b>Ponto de pauta</b>	<b>Resposta do governo</b>	<b>Avaliação</b>	<b>Documentos</b>
	Índice de 27,3% no piso da tabela considerando as perdas de janeiro de 2011 a julho de 2016;	10,8% dividido em 2 anos (5,5 em Agosto/2016; 5,0 em Janeiro/2017) mais 0,1 no step em janeiro de 2017 com cláusula de revisão em 2017.  Não absorção do VBC.	Proposta econômica imposta pelo governo.	Of. nº 8507/15-SEI/MP
	Pelo aprimoramento da Carreira com correção das distorções, levando em consideração a racionalização dos cargos, piso de três salários mínimos e step de 5%; reposicionamento dos aposentados e pensionistas, e concurso público via RJU para todos os níveis de classificação;	Encaminhada a proposta de formulação de agenda para revisão da Carreira PCCTAE, (início após a greve até maio de 2016). A discussão da Carreira será levado para a CNS, considerando que deve ter a participação das demais entidades representativas dos TAE e dirigentes das IFE, MEC e MP.	Acatada sugestão de cronograma do CNG/FASUBRA.  Aprimoramento da carreira	Of. nº 56/14-GAB/SESU Of. nº32/15-GAB/SESU Of. nº77/15-GAB/SESU Of. nº470/15-GAB/SESU
	Pela não retirada de ganhos administrativos e judiciais da Categoria – pagamento imediato;	O tema obedece a legislação vigente, as decisões judiciais e dos órgãos de controle, Esta pauta será encaminhada	Não foi acatado pelo MEC pois é pauta geral.	Tratado em reunião

		para o MP.		
	Reabertura de prazos para que os Técnico-Administrativos em Educação que ainda estejam no PUCRCE possam migrar para o PCCTAE;	Encaminhado Projeto de Lei ao MP que alterará o PCCTAE nos itens acordados na greve.	Acatado pelo MEC.	Of. nº 32/15-GAB/SESU Of. nº61/15-GAB/SESU Of. nº77/15-GAB/SESU Of. nº470/15-GAB/SESU
	Reconhecimento dos certificados de capacitação dos aposentados quando os mesmos se encontravam na ativa;	Nota Técnica nº27/2014/CGNOR/DE NOP/SEGEP/MP desfavorável.	Não acatado pelo MEC. A luta continua.	Of. nº 32/15-GAB/SESU
	Aproveitamento de disciplinas de curso de graduação e pós-graduação para todas as classes do PCCTAE para fins de progressão por capacitação;	Encaminhado Projeto de Lei ao MP que alterará o PCCTAE nos itens acordados na greve.	Acatado	Of. nº 32/15-GAB/SESU Of. nº56/15-GAB/SESU Of. nº61/15-GAB/SESU Of. nº77/15-GAB/SESU Of. nº470/15-GAB/SESU
	Reconhecimento de títulos de mestrado e doutorado obtidos fora do país.	Aplicado as mesmas condições e regras vigentes para os docentes de acordo com as normas da CAPESRES	Acatado	Of. nº 32/15-GAB/SESU Of. nº56/15-GAB/SESU .
	Posicionamento hierárquico em padrão de vencimento equivalente na tabela quando do reingresso de servidor em outro cargo do PCCTAE.	Proposta remetida para a discussão do aprimoramento da carreira	Resultado condicionado ao resultado da discussão de aprimoramento	Of. nº 32/15-GAB/SESU
	Efetivação do Plano Nacional de Capacitação lançado em 2013;	Acordada a publicação do edital referente à adesão das IFES ao Programa Nacional de Desenvolvimento dos Servidores da Carreira PCCTAE, para oferta de 2.000 (duas mil) vagas nos cursos de graduação e de 2.000 (duas mil) vagas nos	Acatado Edital antecipado	Of. nº 77/15-GAB/SESU Of. nº470/15-GAB/SESU

		<p>cursos de especialização e discussão em 2016, sobre a oferta do mestrado.</p>		
0	<p>Extensão, para os Técnico-Administrativos em Educação, do art. 30 da lei 12772/12, que trata de afastamento para realização de estudos de pós-graduação;</p>	<p>Encaminhado a CONJUR/MEC para posteriores trâmites da minuta de Projeto de Lei que alterará o PCCTAE nos itens acordados na greve.</p>	<p>Prazo de até 180 dias</p>	<p>Of. nº 56/14-GAB/SESU Of. nº32/15-GAB/SESU Of. nº61/15-GAB/SESU Of. nº470/15-GAB/SESU</p>
1	<p>Turnos contínuos com redução da jornada de trabalho para 30 horas, sem ponto eletrônico e sem redução de salário;</p>	<p>Que seja adotado o disposto no Decreto nº1590/95, alterado pelo Decreto nº4836/2003. Ofício já encaminhado as reitorias informando que a implantação dos turnos contínuos não implica na matriz de distribuição de vagas.</p>	<p>Não acatado</p>	<p>Of. nº 32/15-GAB/SESU Of. nº77/15-GAB/SESU Of. nº470/15-GAB/SESU</p>
2	<p>Pela revogação da Lei que cria a EBSEH para gerir os Hospitais Universitários das Instituições Federais de Ensino e pela contratação de trabalhadores via concurso público (RJU);</p> <p>Reconhecimento da representatividade da Fasubra para negociação</p>	<p>A pedido da Fasubra, Of nº85/15-SEC e Of nº137/15-SEC, foi encaminhado a Secretária de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, para manifestação sobre a abrangência de atuação da Fasubra e Condsef</p>	<p>Não acatado</p>	<p>Of. nº32/15-GAB-SESU Of. nº77/15-GAB-SESU</p>
3	<p>Revogação das orientações normativas (nº 6, 15 e 16) relativas à</p>	<p>Pauta Geral, Encaminhado ofício ao MP solicitando revisão.</p>	<p>Acatado parcialmente - Prazo de até 180 dias</p>	<p>Of. nº32/15-GAB/SESU Of. nº56/15-GAB/SESU</p>

	insalubridade, assegurando os direitos dos trabalhadores que já se aposentaram e dos que estão na ativa;	Of. nº536/15-SE-GAB-MEC		Of. nº77/15-GAB/SESU Of. nº470/15-GAB/SESU Of SEI n. 8507/2015
4	Pela suspensão imediata dos cortes orçamentários nas Instituições de Ensino e recomposição do orçamento;	MEC diz que é favorável a defesa de orçamento para a educação, mas que não cabe a ele a definição da política orçamentária de governo.	Não acatado	
5	Por um processo eleitoral no mínimo paritário para a escolha de gestores no âmbito das universidades públicas, de forma autônoma, com lista uninominal; Por uma composição paritária nos conselhos superiores;	Acordada a discussão do tema com início de agenda definida para 15/09, com participação da ANDIFE.	Em discussão.  Sem definição da metodologia do encaminhamento dessa pauta. FASUBRA propõem que seja aproveitado o relatório do GT que trabalhou o tema.	Of. nº32/15-GAB-SESU Of. nº56/15-GAB-SESU Of. nº77/15-GAB-SESU  Of. nº470/15-GAB-SESU
6	Pelo fim da criminalização das lutas e das perseguições aos dirigentes sindicais e ativistas nas Instituições Federais de Ensino Superior;	Encaminhado Of. circular nº004/AECI/GM/MEC de 25/12/2014, orientando aos dirigentes das IFES para redobrar a atenção, zelo e cautela na instauração de procedimentos disciplinares com respaldo em evidências consistentes de autoria e materialidade.	Acatado	Of. nº32/15-GAB-SESU Of. nº56/15-GAB-SESU
7	Construção /ampliação de creches nas Instituições Federais de Ensino, atendendo a demanda da comunidade acadêmica;	Respondido no ofício nº32/2015/SESu/MEC, no qual considera-se as creches são de responsabilidade dos municípios e remete à política municipal de educação o	Não acatado	Of. nº32 /15-GAB/SESU'.



		atendimento, ou não, dessa demanda.		
18	Construção de uma política de combate efetivo ao assédio moral nas Instituições Federais de Ensino;	O tema será objeto de discussão em Seminário Nacional, cujo planejamento já está sendo elaborado.	Acatado	Of. nº77/15-GAB-SESU
19	Dimensionamento	MEC Apresenta minuta de portaria.	Acatado	Of. nº 56/14-GAB/SESU Of. nº32/15-GAB/SESU Of. nº61/15-GAB/SESU Of. nº470/15-GAB/SESU Of. nº77/15-GAB/SESU
20	Reposicionamento dos aposentados	Nota Técnica n.º 18/2014/CGNOR/DEN OP/SEGEP/MP	Não acatado - A luta continua.	Of. nº32/15-GAB-SESU
21	Racionalização (alteração do art, 18 da lei 11.091/05)	Acordada a discussão dos pontos em que não houve consenso no GT. Posteriormente a entidade acrescentou proposta de alteração do artigo 18 da lei 11.091/2005, que será tratado na revisão da carreira.	Remetido para a discussão de revisão da carreira	Of. nº 56/14-GAB/SESU Of. nº32/15-GAB/SESU Of. nº61/15-GAB/SESU Of. nº470/15-GAB/SESU Of. nº77/15-GAB-SESU
22	Portaria de afastamento para qualificação/capacitação	Discutido nas reuniões da CNS, minuta da portaria enviada para análise da área jurídica e ao MP	Remete para finalização no prazo de até 180 dias	Of. nº77/15-GAB-SESU Of. SEI n. 8507/2015
23	Liberação de dirigentes sindicais	Pauta geral,	Foi enviada para o MP	Of. nº56/14-GAB-SESU Of. nº77/15-GAB-SESU

A correlação de forças tem nos mostrado que nenhuma categoria do funcionalismo estadual e federal tem conseguido arrancar grandes conquistas (nenhuma entidade está saindo da greve com acordos superiores aos dos trabalhadores técnico-administrativos em educação), mas tem pelo menos conseguido reduzir danos e impedido que as perdas se ampliem mais. Assim, o mais prudente nesse momento em que o movimento não apresenta mais o mesmo fôlego, recuperarmos energias para as batalhas futuras, **orientando a assinatura**

**desse acordo para que a nossa categoria tenha um patamar menor de perdas para lutar numa greve em 2017.**

A greve da FASUBRA e do funcionalismo federal está inserida nessa lógica, mesmo não conseguindo arrancar grandes conquistas econômicas, estamos fazendo um bom combate, ao conseguirmos trazer uma nova geração para as lutas expressando uma importante vitória política, derrotando a proposta original do governo (reajuste em 4 anos), garantindo a legalidade e legitimidade da greve, sem cortes de ponto e judicialização da Greve e impedindo que os trabalhadores tivessem seus salários completamente corroídos.

O CNG/FASUBRA reforça que a aplicação do ajuste fiscal está sendo feita por uma grande aliança entre governos e toda a burguesia o que representa uma imensa força política. Para derrotar esse Ajuste Fiscal, motivos de sobra para uma grande Greve Geral, seria preciso mais do que uma greve da FASUBRA e do funcionalismo público federal. É uma necessidade da classe trabalhadora nesse momento a construção de uma greve geral no país e ainda que façamos a orientação de saída organizada da greve, essa perspectiva não pode ser abandonada. Por isso é necessário dar continuidade as mobilizações, com uma profunda crítica a opção do governo Dilma que tem se distanciado dos interesses sociais, resistindo a retirada de direitos com ações concretas no Congresso Nacional, com organização de grandes campanhas articuladas com as demais categorias e centrais sindicais e com a disposição de seguir na luta para construir uma greve geral contra essa política do governo que é responsável pelos ataques aos trabalhadores.

A FASUBRA e todos os seus sindicatos filiados precisam se colocar a disposição para a construção de uma greve geral com o conjunto do funcionalismo federal. Essa ação deve ter um protagonismo das centrais sindicais. Para tanto a participação nos Atos do dia 23 é importante para dar corpo a essa luta unificada, bem como a participação na reunião proposta pelo Fórum dos SPF's, no dia 28/09, para discutir a construção de uma greve geral no país contra o ajuste fiscal.

A nossa luta maior na disputa de modelo de estado e de Universidade deve continuar. Vamos manter a mobilização em conjunto com as outras entidades da Educação para denunciar e combater os cortes na saúde e na educação que o governo Dilma vem proferindo com a aplicação do ajuste fiscal. É preciso dizer não aos cortes e exigir o fim do pagamento da dívida pública e prioridade no atendimento as demandas da educação!

Diante de todo o exposto o CNG/FASUBRA por ampla maioria orienta deliberação nas assembleias de base das seguintes resoluções:

- 23/09 – Participação de atos nos estados em conjunto com o funcionalismo e movimentos sociais contra o pacote do governo Dilma.
- Rodada de assembleias nos dias 22 e 23/09 (Terça e Quarta feira).
- Orientação pela suspensão da greve e assinatura do acordo. Retorno ao Trabalho unificado após a resposta das assembleias de base. Data de retorno a ser orientada pelo CNG/FASUBRA posteriormente, condicionada a assinatura do acordo. Até lá, a greve continua!
- Manter a categoria mobilizada e apresentar oficialmente as centrais sindicais a chamada de construção de uma greve geral contra o ajuste fiscal e pela regulamentação da negociação coletiva com definição de política salarial e data base.
- Construir uma forte campanha em conjunto com as entidades sindicais e estudantis da educação federal contra os cortes no orçamento da saúde e educação!